

PATRIMÔNIO HISTÓRICO E RESTAURAÇÃO

Maria Clara Cavalcante Vieira da Guia¹

Mônica Peixoto Vianna²

Arquitetura e Urbanismo



cadernos de
graduação

ciências humanas e sociais

ISSN IMPRESSO 1980-1785

ISSN ELETRÔNICO 2316-3143

RESUMO

O sentimento de preservação de sítios históricos floresceu em meados do século XVIII em decorrência da destruição em massa de edifícios célebres durante as Revoluções Francesa e Industrial. Por conseguinte, as noções ligadas ao restauro foram se definindo e esse movimento se acentuou com grandes transformações que ocorreram na Europa no mesmo século. O presente artigo tem como objetivo estudar o valor do patrimônio histórico edificado e a necessidade de sua preservação a partir da análise acerca dos principais tópicos dentro do tema, evidenciando os fatos históricos imprescindíveis para a sua fundamentação. Está explicitado o valor – ainda que imensurável – da riqueza cultural que o patrimônio histórico possui e os quão importantes e necessários são os processos de restauração e revitalização desses locais. É de grande valor o estudo do patrimônio histórico, uma vez que toda a origem e história podem ser vislumbradas não só por meio de livros e documentos, mas a partir da contemplação de estruturas arcaicas consagradas.

PALAVRAS-CHAVE

Patrimônio Histórico. Preservação. Restauração.

ABSTRACT

The sense of preservation flourished in the mid-eighteenth century as a result of the mass destruction of celebrated buildings during the French and Industrial Revolution. Consequently, the notions of restoration were defined and accentuated due to the great transformations that occurred in Europe in the same century. The purpose of this article is to analyze the value of historical heritage and the need to preserve it, this will be studied through a thorough analysis of the main topics of this theme. The value - albeit immeasurable - of the cultural wealth that historical heritage has and how important and necessary are the processes of restoration and revitalization of these places is made explicit. The study of the historical patrimony is of paramount importance, since all the origin and history of humanity can be glimpsed not only in books and documents, but also through the contemplation of archaic consecrated structures.

KEYWORDS

Historical Heritage. Preservation. Restoration.

1 INTRODUÇÃO

A diversidade da arquitetura brasileira possibilita a presença de áreas e edifícios históricos inspirados, em maior parte, na tipologia europeia, mais tarde tendo influência de outros estilos, dando origem a versatilidade das edificações nacionais. Com o desenvolvimento tecnológico, pode-se encontrar prédios modernos e ousados, muitas vezes com influências históricas que resultam no novo ecletismo, em que os edifícios contemporâneos promovem total liberdade de leitura.

Segundo o Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que instituiu o Serviço de Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, conceituou como patrimônio “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”. Portanto, sendo o patrimônio histórico um objeto de absoluta importância para a história do país e de valor inestimável à sociedade, é necessário sua reabilitação e conservação.

O patrimônio histórico e sua restauração são temas que requerem um envolvimento especial por parte dos seus estudiosos, pois é necessário possuir interesse não só na arquitetura em si, mas na história dos lugares e suas civilizações, sua forma de vida e raciocínio, costumes, hábitos coletivos, lutas sociais e seus valores. Infelizmente, no Brasil contemporâneo, o tópico da preservação de sítios históricos ainda não é devidamente valorizado, conforme ficou evidenciado na recente destruição do Museu Nacional do Rio de Janeiro – resultado do absoluto descaso do Poder Público não só com a história brasileira, mas mundial.

A análise do patrimônio histórico edificado e a necessidade de sua preservação geral são essenciais para a formação de uma sociedade que valoriza suas origens e a história de seus antepassados, pois “todos vivemos e trabalhamos em edificações, da mais humilde à mais sublime, não há nenhuma razão para que qualquer uma delas seja menos inspiradora, mesmo singelamente” (GLANCEY, 2000, p.7). Ademais, os objetivos desse artigo são: a) apontar a origem mundial dos processos de restauração em sítios históricos e arquitetônicos; b) provar a importância da revitalização para o patrimônio; c) identificar o porquê do descaso – tanto da população, quanto de entidades públicas – nas áreas de caráter histórico; d) apresentar as linhas de pensamento dos primeiros teóricos do restauro John Ruskin e Viollet-Le-Duc – apresentando, também, a linha de restauração seguida atualmente do erudito Cesare Brandi.

Tamanha é a relevância do estudo e conhecimento do patrimônio histórico e social, que toda a origem e história de um local podem ser vislumbradas, não só em livros e escrituras, mas a partir da observação de edifícios e sítios históricos presentes nas mais diversas áreas urbanas e até rurais, desde zonas centrais às periféricas. Sua preservação permite a contemplação de estruturas e detalhes arquitetônicos importantíssimos no que diz respeito à análise dos edifícios e espaços urbanos, junto a sua datação e “biografia”.

Além do mais, a sociedade brasileira não confere o devido valor ao patrimônio histórico nacional, haja vista que nas escolas públicas e privadas pouco se fala acerca dos bens históricos, arquitetônicos, culturais e sociais, havendo, como consequência, a necessidade de mudança desse panorama através de uma ampla discussão social para a ressignificação da importância da preservação desse patrimônio. Com essa hipótese e a utilização do método hipotético-dedutivo, este estudo consiste numa pesquisa descritiva, a qual faz uma análise detalhada e minuciosa acerca dos principais tópicos dentro do tema “Restauração e Patrimônio Histórico”. Com base no método histórico, são evidenciados os fatos históricos imprescindíveis para a sua fundamentação.

2 O PATRIMÔNIO E A RESTAURAÇÃO

2.1. O PRINCÍPIO HISTÓRICO

Em determinado momento dos primórdios, o ser humano notou que seria inevitável possuir moradia fixa e assim abandonou a vida nômade em busca de abrigo permanente (na época, cavernas e grutas naturais) que o protegesse de predadores e intempéries. Com o passar do tempo e o melhor aproveitamento e manipulação de recursos naturais (como pedra, terra, madeira, fibras vegetais e, mais para frente, o adobe), novos abrigos foram construídos para atender melhor às necessidades humanas.

Com a estrutura de seis mastabas sobrepostas, a Pirâmide de Saqqara (2778 a.C.) era feita de barro e cascalho; a câmara funerária era cavada na própria pedra. Revestida de pedras esculpidas de modo a imitar madeira ou junco, a pirâmide de

degraus é a evidência mais antiga do uso da pedra como material de construção em arquitetura de grande porte (COLE, 2014, p.14).

Os métodos construtivos foram evoluindo e se expandiram sobre as civilizações existentes até então, cada uma com sua forma de vida, valores, costumes, hábitos coletivos e particularidades arquitetônicas. As diversidades das estruturas dos povos antigos são marcos essenciais nos estudos a respeito da história da evolução do homem, pois podem ser classificadas como o “produto especial da atividade humana a que se dá o nome de obra de arte” (BRANDI, 2013, p.204).

Os humanos, porém, desenvolveram a arquitetura. Esta, grosso modo, é a ciência e a arte de construir ou, sendo mais poético, o momento em que um edifício é imbuído de uma magia sábia que o transforma de mero abrigo em obra de arte (GLANCEY, 2000, p.9).

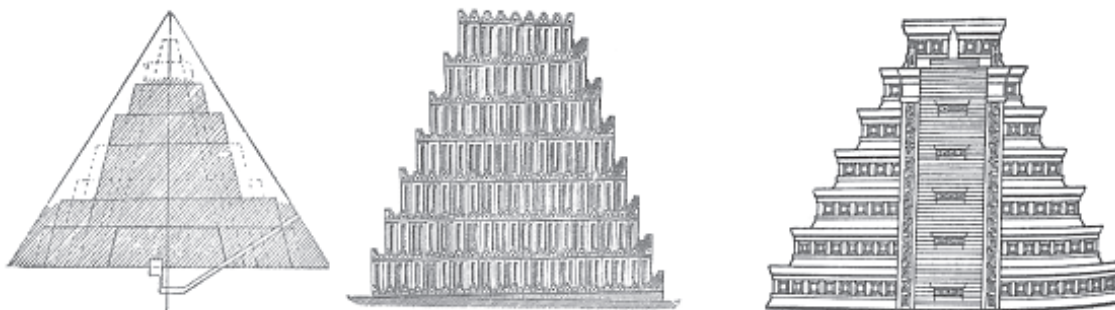
Segundo Ardagh e Jones (2007), as cidades deste período representavam uma cultura material mais épica que a de qualquer outra época anterior à era industrial. Os belos contrastes entre os estilos arquitetônicos das sociedades arcaicas tornam-se evidentes a partir da sua contemplação, em contrapartida, estes possuem características semelhantes se bem observados (em alguns edifícios essas particularidades são mais evidentes que em outros). Ou seja, são monumentos diferentes e ao mesmo tempo análogos, uma vez que estão interligados por um ou mais parti dos arquitetônicos.

Revestimento externo - Grande Pirâmide de Quéops: Originalmente, as pirâmides tinham um revestimento liso de rocha calcária. O topo da construção era rematado pelo *piramidon*, uma pequena pirâmide dourada com inscrições sagradas. É provável que o reflexo do sol no *piramidon*, além de conferir beleza à pirâmide, fosse uma forma de associar o rei ao deus Rá (COLE, 2014, p.17).

Os templos mais antigos da Mesopotâmia tinham como base uma plataforma de blocos de adobe, encimada por um zigurate – uma montanha artificial de andares quadrangulares escalonados. Suas paredes tinham decorações variadas, de mosaicos de cones de argila coloridos a tijolos esmaltados (COLE, 2014, p.29).

O estilo *talud-tablero* podia se repetir ao longo de toda a pirâmide, até o topo, assim como em outras estruturas de Teotihuacán. Esse estilo de fachada com terraços tinha variações por toda a Mesoamérica. Era econômico e efetivo ao mesmo tempo, além de visualmente belo: os elementos da moldura eram sustentados por finas tábuas presas ao núcleo de balastro (COLE, 2014, p.77).

Figuras 1, 2 e 3: Pirâmides do Egito, Babilônia e civilizações pré-colombianas, respectivamente.



Fonte: COLE, Emily. 2014.

Lamentavelmente, na Idade Antiga os prédios já arcaicos não eram nada mais nada menos do que edifícios obsoletos e, por isso, várias edificações foram demolidas ou totalmente reformadas para atender a outras funções, perdendo assim boa parte de sua integridade. Além do mais, muitas cidades antigas também foram destruídas devido às guerras e incêndios, frequentes na época; invasões de outros povos, tal como “os vikings consertaram os defeitos de seus navios com madeira das vigas da Igreja de St. Germain-Des-Prês, a mais antiga da cidade de Paris” (ARDAGH & JONES, 2007, p.31); e a própria colonização de outros povos, como foi o caso das civilizações pré-colombianas praticamente dizimadas pelos europeus colonizadores.

As anteriores manifestações de apreço, ou mesmo de preservação, das antiguidades e monumentos herdados de culturas e tempos passados não eram ainda fruto de um distanciamento histórico, ou da consciência que tais bens seriam portadores de valores artísticos ou históricos, e, portanto, não podem ser chamadas de restauro, ao menos na acepção moderna do termo (KÜHL, 1998, p. 179-182 apud CUNHA, 2012, p.101).

2.2. ORIGEM E DEFINIÇÃO

A partir do século V, com o início da Idade Média e o surgimento de novos estilos arquitetônicos como o bizantino, o românico e o gótico, a cultura de preservar sítios históricos começou, ainda vagarosamente, a ser difundida. Mesmo havendo a intervenção e adição de novos elementos às edificações, é vero afirmar que suas características iniciais foram, consideravelmente, mantidas.

Em 1453, Constantinopla foi tomada pelos turcos otomanos, e o império finalmente ruiu, apesar da cultura bizantina ter se mantido forte. Não surgiram novas formas, mas vários elementos antigos afloraram no exterior dos edifícios, que se tornaram mais altos. A demanda por separar os monumentos

funerários das demais áreas fez com que as igrejas ganhassem espaços auxiliares, tornando esses edifícios – em geral, de planta centralizada – maiores, mais complexos e irregulares (COLE, 2014, p.164).

Em meados do século XVIII, o sentimento de preservação floresceu devido aos edifícios perdidos durante as Revoluções Francesa e Industrial. A partir do Renascimento, as noções ligadas ao restauro foram se definindo e esse movimento acentuou-se com grandes transformações que ocorreram na Europa.

Na França, no período pós-revolução, numerosos e notáveis edifícios medievais foram destruídos. Os relatórios sobre vandalismo apresentados pelo abade Grégoire na última década do século XVIII tiveram grande importância e influenciaram nas primeiras medidas oficiais tomadas por um Estado moderno com o objetivo de preservar monumentos históricos (Beatriz Kuhl in VIOLLET-LE-DUC, 2006, p.10).

“A restauração é uma arte e uma técnica, é uma atitude cultural, mas é também um trabalho de caráter técnico e científico” (MENDONÇA, 2014). O restauro pode ser definido como um conjunto de técnicas que quando aplicadas têm o objetivo de reconstituir aquilo que foi danificado de alguma forma por ações humanas, naturais ou do próprio tempo. A prática de restaurar ambientes teve início no século XVIII e antes dessa data, infelizmente, as pessoas viam os edifícios de épocas passadas como meras estruturas obsoletas, sendo demolidas ou reformadas para atender a outras funções, perdendo assim, boa parte de sua integridade.

A restauração, segundo Brandi (2013), constitui o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplice polaridade estética e histórica, com vistas à sua transmissão para o futuro. Segundo Viollet-Le-Duc (2006), deve-se reconhecer que o gosto pelas restaurações, senão arcaicas, ao menos consideradas como renovação dos edifícios, se manifestou, desde sempre, ao se findarem os períodos de civilização nas sociedades.

De modo geral, os processos de restauração são voltados a dar novamente eficiência a um produto da atividade humana danificado pelo homem ou a própria natureza. Este, visa intervir o mínimo possível na integridade de um edifício e é único para cada edificação, uma vez que cada estrutura possui as suas particularidades e necessidades de reparo.

2.3. PERSPECTIVAS CONTRÁRIAS DE VIOLLET-LE-DUC E JOHN RUSKIN

Em meio ao panorama artístico e cultural do século XIX, figuras ilustres tiveram uma participação valiosa em teorias e linhas de raciocínio acerca da preservação do patrimônio histórico arquitetônico e sua restauração. Especificamente desse período,

cheio de controversas, duas personalidades, em especial, formularam teses que foram o pontapé inicial para a concepção vertentes atualmente defendidas e debatidas.

Eugène-Emmanuel Viollet-Le-Duc (1814-1879), grande erudito francês, escreveu importantíssimos trabalhos sobre a arquitetura da Idade Média e possuía grande influência em vários campos, principalmente no que concerne a restauração. Este construiu sua teoria de restauro sobre certezas, baseado em profundos estudos arquitetônicos. Para ele, “o melhor meio para conservar um edifício é encontrar para ele uma destinação, é satisfazer tão bem todas as necessidades que exige essa destinação, que não haja modo de fazer modificações”, pois “o melhor a se fazer é colocar-se no lugar do arquiteto primitivo e supor aquilo que ele faria se, voltando ao mundo, fossem a ele colocados os programas que são propostos” (VIOLLET-LE-DUC, 2006, p.65).

Tais necessidades consistem na particularidade de cada estrutura e quais danos específicos precisam ser reparados, pois “cada obra é única em sua composição e atribuição no tempo e exige, por isso, soluções únicas. Tais soluções devem advir de uma atenta análise do monumento, uma indagação baseada na crítica e na história, com vistas a determinar sua qualidade estética” (CUNHA, 2012, p.103).

Segundo Beatriz Kühn, Viollet-Le-Duc procurava entender a lógica da concepção do projeto que, quando compreendida como um todo, daria respostas unívocas. Não se contenta unicamente em fazer uma reconstituição daquilo que teria sido feito se, quando da construção, sua própria época, ou seja, uma reformulação ideal de um dado projeto. Além disso, várias das recomendações do arquiteto francês acerca do patrimônio podem ser verificadas em suas obras de restauro, que muitas vezes resultaram em intervenções decisivas, fazendo largo uso de reconstituições ou mesmo “corrigindo” o projeto onde ele se mostrava defeituoso. O seu procedimento se caracterizava por, inicialmente, procurar entender profundamente um sistema, concebendo então um modelo ideal e impondo, a seguir, sobre a obra, o esquema idealizado. (VIOLLET-LE-DUC, 2006, p.18).

O arquiteto responsável por uma restauração deve conhecer exatamente não somente os tipos referentes a cada período da arte, mas também os estilos pertencentes a cada escola (...). Cada edifício ou cada parte de um edifício devem ser restaurados no estilo que lhes pertence, não somente como aparência, mas como estrutura (...). Nas restaurações, há uma condição dominante que se deve ter sempre em mente: a de substituir toda parte retirada somente por materiais melhores e por meios mais eficazes ou mais perfeitos. É necessário que o edifício restaurado tenha no futuro, em consequência da operação à qual foi submetido, uma fruição mais longa do que a já decorrida (VIOLLET-LE-DUC, 2006, p.48).

Em contrapartida, estava John Ruskin (1819-1900), inglês, célebre crítico e teórico da arte. Este, segundo Kühn, era o expoente de um movimento que pregava absoluto respeito pela matéria original, que levava em consideração as transformações feitas

em uma obra no decorrer do tempo, sendo a atitude a tomar a de simples trabalhos de conservação, para evitar degradações, ou, até mesmo, a de pura contemplação (VIOLLET-LE-DUC, 2006, p.19).

A arquitetura, segundo Ruskin (2019), consiste na expressão da vida humana, de seu intelecto, alma e poder corporal, e por isso deve ser preservada como a memória de uma época. Este, reconhecendo a importância das residências na construção do patrimônio de uma cidade, considera um mau presságio para um povo quando as suas casas são construídas para durar apenas uma geração. Ainda, o teórico parte do princípio de que o homem ao nascer recebe bens em depósito que na realidade não lhe pertencem, por isso deve fazer uma utilização respeitosa destes. Para ele, a restauração não é uma necessidade, mas uma consequência do descuido dos homens.

Tal erudito inglês defendia ferozmente que é necessário conservar os monumentos para não precisar restaurá-los futuramente, pois "tais reparos tendem apenas a sustar a marcha das ruínas e quaisquer melhoramentos ou retoques, que se executem, serão nocivos (...)". Para ele, a restauração é a pior forma de destruição, inclusive, sua teoria deu origem ao movimento antirestauração. Segundo o crítico, o restauro significa total destruição, da qual não se salva nenhum vestígio, uma destruição acompanhada pela falsidade.

Cuide bem de seus monumentos, e não precisará restaurá-los. Algumas chapas de chumbo colocadas a tempo num telhado, algumas folhas secas e gravetos removidos a tempo de uma calha, salvarão tanto o telhado como as paredes da ruína. Zele por um edifício antigo com ansioso desvelo; proteja-o o melhor possível, e a qualquer custo, de todas as ameaças de dilapidação. Conte as suas pedras como se fossem as joias de uma coroa; coloque sentinelas em volta dele como nos portões de uma cidade sitiada; amarre-o com tirantes de ferro onde ele ceder; apoie-o com escoras de madeira onde ele desabafar; não se importe com a má aparência dos reforços: é melhor uma muleta do que um membro perdido; e faça-o com ternura, e com reverência, e continuamente, muitas gerações ainda nascerão e desaparecerão sob sua sombra. Seu dia fatal por fim chegará; mas que chegue declarada e abertamente, e que nenhum substituto desonroso e falso prive o monumento das honras fúnebres da memória (RUSKIN, 2008, apud MONTEIRO, 2012, p.5).

De acordo com Monteiro (2012), Ruskin afirma que a beleza referente às marcas do tempo na arquitetura é um dos responsáveis pela atribuição do conceito de pitoresco à edificação. É como uma sublimidade parasitária, um intermédio entre o sublime e o belo. Toda a sublimidade, assim como toda a beleza, é pitoresca, isto é, própria para se tornar o tema de uma pintura.

É vero que sempre existiram diversas linhas de restauro, assim como o embate

entre elas e a contraposição de teoria e prática. Apesar de não serem mais seguidas por conta do surgimento de outras mais recentes, as teses de Le-Duc e Ruskin foram essenciais para a formação de novas linhas de raciocínio. Atualmente, os ideais mais relevantes e utilizados são os do crítico de arte italiano Cesare Brandi (1906-1988), um dos maiores nomes do restauro.

Segundo Brandi (2013), a restauração deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo. Ainda que se busque com a restauração a unidade potencial da obra (conceito de todo distinto de unidade estilística), não se deve com isso sacrificar a veracidade do monumento, seja através de uma falsificação artística, seja de uma falsificação histórica.

A alternativa conservação / re-criação, muito evidente na contraposição ideal de John Ruskin a Eugène Emmanuel Viollet-Le-Duc, espelha aquela outra mais profunda, a da historicidade / artisticidade do objeto da restauração, que Brandi, enquanto enfrente o problema crucial da conservação ou remoção das adições, mostra sempre o desejo de resolver através do recurso a um “juízo de valor” que determina “a prevalência de uma ou de outra instância” (Giovanni Carbonara in BRANDI, 2013, p.11).

O objetivo do processo de restauro é, sobretudo, manter ao máximo a integridade do monumento e dá-lo, novamente, funcionalidade. A ressignificação de imóveis, junto a sua restauração e revitalização, é essencial para reafirmar a importância e o valor imensurável dessas edificações que são marcos de toda a trajetória do homem. Sendo, segundo Giovanni Carbonara, a “obra de arte - pintura, escultura, expressão arquitetônica, mas também centro histórico ou paisagem -, como tal e como produto ou testemunho da atuação humana num certo tempo e lugar (...)” é possível a apreciação da história a partir do estudo, análise e observação de edifícios e sítios históricos presentes nas mais diversas áreas (BRANDI, 2013, p.11).

Infelizmente, o tópico de preservação e restauro do patrimônio histórico não é tão difundido em alguns países como deveria ser. Também, boa parte da população, principalmente de países subdesenvolvidos, não possui o sentimento de pertencimento àqueles monumentos e acabam por deteriorá-los. Isso, somado a falta de preparo de alguns “profissionais”, causa uma destruição incalculável de bens antigos. “Sobre o novo e o velho, suscitam abordagens sobre o que preservar, o que demolir e o que e como construir” (NAHAS, 2010, p.59).

O resultado mais visível da falta de conhecimento por parte dos profissionais tem sido o aniquilamento, distorções e destruições de documentos históricos e do ambiente construído preexistente, que são bases fundamentais de transmissão do conhecimento,

em várias áreas do saber, e de suporte para a memória coletiva, afetando a transmissão do legado das gerações passadas para as futuras (FARAH, 2013, p.269).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível analisar nesse estudo que na Idade Antiga edifícios arcaicos eram demolidos por serem considerados estruturas obsoletas e não existir nenhuma noção de preservação de patrimônio histórico edificado. A ideia de restauro e preservação floresceram somente em meados do século XVIII com as grandes transformações que ocorreram na Europa, a exemplo das Revoluções Francesa e Industrial, durante as quais foram destruídos e vandalizados diversos prédios.

A definição de restauro consiste, basicamente, em dar novamente eficiência a um produto da atividade humana intervindo o mínimo possível na sua integridade e sendo única para cada edificação, uma vez que cada estrutura possui as suas particularidades de reparo. Os eruditos Viollet-Le-Duc e Ruskin, personagens cruciais no campo da arquitetura e restauração, possuíam vertentes extremamente diferentes uma vez que defendiam, respectivamente, reconstituições decisivas e o movimento antirestauro. Porém, apesar de suas teorias terem sido o pontapé inicial para linhas de estudos e pesquisas acerca do tema, seus ideais não são mais seguidos.

A partir da análise do patrimônio histórico edificado e a necessidade de sua preservação conclui-se que tal estudo é imprescindível na formação do cidadão como indivíduo que valoriza e zela pela história e suas civilizações, tradições e valores sociais. Além de apontar a origem dos processos de restauração, a importância da revitalização desses locais é abordada de forma a expor o porquê do descaso que assola as estruturas arcaicas muitas vezes esquecidas pela população e pelo Poder Público. Obviamente, a falta de informação e, conseqüentemente, a ignorância à respeito do valor do patrimônio histórico edificado é o principal inimigo daqueles que defendem sua preservação e revitalização. Faz-se necessário a disseminação de estudos acerca do tema e a valorização e o sentimento de pertencimento por parte da população e das entidades públicas para que o devido valor de tais edifícios seja reconhecido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A RESTAURAÇÃO É UMA ARTE E UMA TÉCNICA. 2014. CAU/BR. Disponível em: <<http://www.cau.br/a-restauracao-e-uma-arte-e-uma-tecnica/>>. Acesso em: 16 mar. 2019.

ARDAGH, John; JONES, Colin. **Grandes Civilizações do Passado**: França. Barcelona: Folio, 2007.

BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração**. 4. ed. São Paulo: Artes&Ofício, 2013.

COLE, Emily. **História Ilustrada da Arquitetura**. São Paulo: Publifolha, 2014.

CUNHA, Claudia. Teoria e método no campo da restauração. **Pós**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, vol. 19, p.98-115.

FARAH, Ana Paula. Restauo Arquitetônico: o cerne e a formação. **Oculum ens**. Campinas, jul-dez. 2013.

GLANCEY, Jonathan. **A História da Arquitetura**. Londres: Dorling Kindersley Ltd., 2000.

MONTEIRO, Flávia. John Ruskin: Teorias da preservação e suas influências na preservação do patrimônio brasileiro no início do século XX. **Periódicos CAPES**. Porto Alegre, 2012.

NAHAS, Patrícia. O novo e o velho: a experiência do escritório Brasil Arquitetura nos programas de intervenção em edifícios e sítios históricos. **Revista de Arquitectura**, vol. 12, p. 58-67. Colômbia, dez. 2010.

PORTAIRA N. 375. IPHAN. 2018. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/PORTARIA%20375%20%202018%20-SEI_IPHAN%20-%200732090.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2019.

RUSKIN, John. **As setes lâmpadas da arquitetura**, 1889. Disponível em: <https://archive.org/details/lampsofarchseven00ruskrich/page/212?utm_medium=website&utm_source=archdaily.com.br>. Acesso em: 22 mar. 2019.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração** (adapt.). 4. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2006.

Data do recebimento: 6 de setembro de 2019

Data da avaliação: 15 de novembro de 2019

Data de aceite: 6 de dezembro de 2019

1 Acadêmica do curso de Arquitetura e Urbanismo – UNIT/AL. E-mail: maclara.guia@hotmail.com

2 Professora titular do curso de Arquitetura e Urbanismo – UNIT/AL. Doutora em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP). E-mail: monica_vianna@yahoo.com

